



Pombal e Malagrida:

duas visões sobre o Terremoto de 1755 e o embate entre modernidade e tradição

IVERSON GERALDO DA SILVA*

“Esta oh Lisboa, é a verdadeira causa do terremoto, e o juízo que d'elle forma, quem te deseja o maior bem”

Era um sábado agradável, primeiro de novembro, dia de todos os santos, quando por volta das nove e meia os portugueses, principalmente os lisboetas, foram pegos de surpresa pelos tremores do que ficou conhecido como um dos mais agressivos terremotos europeus. Em pouco menos de dez minutos Lisboa ficou devastada:

Em todo este tempo se ouvia hum estrondo súbtterraneo a modo de trovão quando soa ao longe. A muitas pessoas pareceu carruagem grande, que rodava com pressa. Escureceu-se algum tanto a luz do Sol, sem duvida pela multidão de vapores, que lançava a terra, cujas sulphureas exalaçoens perceberão muitos. Forão vistas em varias partes fendas na terra de bastante extensão; mas de pouca largura. A poeira, que causou a ruina dos edeficios cobriu o ambiente da Cidade com huma cerração tão forte, que parecia querer sufocar todos os viventes.(MENDONÇA: , p.114)

Assim relatou Joaquim José Moreira Mendonça em sua História do Terremoto de 1º de novembro de 1755. Mendonça relata que grande destruição caiu sobre Lisboa: incêndios se espalharam pelos escombros; o mar e o rio também reagiram com um forte maremoto; ocorreram milhares de mortes e vários oportunistas surgiram saqueando o pouco que restou; um grande desespero tomou o povo sobrevivente, que buscou de imediato seguir as inúmeras procissões que foram criadas. Tudo isso mostrava que neste terrível cenário, “somente o amor próprio dominava. Os Pays deixavão os filhos; estes não se lembravão dos que lhe derão o ser. Os Esposos se esquecião das Consortes. Não havia amigo para amigo”(MENDONÇA:p. 116).

O Padre Jesuíta Gabriel Malagrida foi um dos primeiros a escrever sobre as razões para que tal evento acontecesse, desencadeando um longo debate, que resulta. Malagrida era italiano de nascimento, já havia percorrido parte do Império Português pela Companhia de Jesus. Carregava consigo a fama de curandeiro, e diversos nobres e membros da realeza chegavam a testificar suas curas alcançadas por intermédio do jesuíta (AZEVEDO:2004 p. 164-166). Foi com esse histórico, e em meio às conseqüências físicas e psicológicas do terremoto, que em outubro de 1756 Malagrida publicou, com autorização e apoio do Santo Ofício da Inquisição, o seu texto “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, bolsista Capes

de Lisboa no primeiro de novembro de 1755, pelo padre Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, Missionário Apostólico” (MALAGRIDA:1875).

Os eventos do terremoto, os assombrosos relatos percorriam a Europa causando uma eufórica visão apocalíptica e uma efervescência religiosa. Para Malagrida, o terremoto era consequência direta da falta de zelo dos portugueses pela vida espiritual. Não só para ele, mas para muitos de sua época esta era a explicação mais sensata e plausível. De certo modo, Malagrida ao defender tal tese não apresentava apenas sua visão religiosa apocalíptica do desastre, mas também representava uma corrente forte de crenças que predominava sobre o imaginário de muitos de sua época: “Porque eu argumento assim; Deos revelou, que estava gravemente irado pelos peccados de todo o reino, e muito mais de Lisboa, e consequentemente, que havia de iluminar um grande castigo; logo este açoute, não se pode attribuir a causas naturaes; mas unicamente á indignação de Deos, pela exorbitância das nossas culpas” (MALAGRIDA: 1875, p. XV). O escrito de Malagrida dava, assim, forma a uma corrente que tinha como base a religião para explicar o terremoto.

Utilizando diversas passagens bíblicas, do velho testamento ao novo, Malagrida recorreu principalmente a textos de teor proféticos e associou Portugal com a Jerusalém dos tempos bíblicos, sendo o pecado o elemento que as unia: “Não faltaram também á infeliz Jerusalém os arrancos de terremotos estrondosíssimos, confederados com outros males, ... Com tão grande colheita de almas peccadoras, que levarão para o inferno, e tudo isto unicamente pelo excesso dos seus peccados” (MALAGRIDA: 1875, p.X).

Malagrida, em pleno século XVIII, levou a explicação da ocorrência do terremoto para a justificativa religiosa. Seu argumento é que estava agindo como “bom” súdito, já que

o maior serviço que pôde fazer um cidadão fiel á sua pátria, é descobrir-lhe os inimigos mais pérfidos, e perniciosos, que lhe maquinam minas, e tragedias as mais funestas e deploráveis á sua monarchia;(…) me aflige, de ver (por causa d'estes abomináveis contrários) em decadência uma corte tão rica, tão bella, tão florescente, debaixo do suave e pacífico império de um rei pio e fidelíssimo, que podia causar inveja ás mais opulentas cortes de todo o mundo (MALAGRIDA: 1875, p.IX)

O inimigo pernicioso e funesto que atacava os portugueses era o PECADO

Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos thesouros,(…) não são contingências ou causas

naturaes; mas são unicamente os nossos intoleráveis peccados(MALAGRIDA: 1875, p.IX).

Esta visão foi duramente combatida pela emergente elite intelectual, particularmente pelo ministro Sebastião de Carvalho e Melo, para a qual o terremoto se explicava unicamente pela questão de efeito natural, acidente da natureza. Contra esses Malagrida aponta

Nem digam os que politicamente áfirmam, que procedem de causas naturaes, que este orador sagrado abrazado no zelo do amor divino faz só uma invectiva contra o peccado, como origem de todas as calamidades que padecem os homens (...); porque é certo, se me não fosse censurado dizer o que sinto d'estes políticos, chamar-lhes atheus ; porque esta verdade conheceram ainda os mesmos gentios nas quaes ensinam, que não tem outra causa os terremotos, mais que a indignação divina.(MALAGRIDA: 1875, p.XI)

Os que buscam a via da ciência para justificar o terremoto são apontados pelo como ateus, que acabam conduzindo a população para ignorância religiosa, incorrendo em irreparável erro, sendo passíveis de serem comparados ao próprio demônio:

porém como ha de entrar estes cuidados e empenho, o povo mais duro, e rude nos seus vicios, e ouvirem os que dizem, asseguram, que estas calamidades são puros efeitos das causas naturaes, e não vinganças de um Deos indignado, e ferido no mais vivo da sua honra, pela obstinada perfidia dos peccadores? Parece-me, que o mesmo demônio não podia excogitar doutrina mais conducente (...); perseverando nós como d'antes no nosso pratico atheismo.(MALAGRIDA: 1875, p.XIII)

Ao tecer essas criticas Malagrida, além de firmar sua visão teológica, colocou em evidência sua desaprovação com os rumos adotados na condução da política, especialmente o processo de afastamento dos jesuítas da esfera de influência de poder. Isentando a figura do rei de responsabilidade direta sobre o evento, seu texto ganha uma característica de critica a política em curso. Assim, neste texto, Malagrida representa “uma clara oposição crítica à política antijesuíta predadora do poder da Igreja, política que começava a ser prosseguida visivelmente pelo governo josefino”(FRANCO:2006, p. 419). Encaro, nesse sentido, o texto como uma auto-afirmação do espaço que a perspectiva religiosa tinha que ocupar no cotidiano e na vida política de Portugal. Mas, também, como uma avaliação negativa do rumo que o reino estava tomando. Ou seja, o ideário iluminista que ganhava espaço, esse era visto por Malagrida, como um retrocesso, um atraso.

Malagrida, continua sua análise, argumentando que já havia sinais enviados por Deus de sua insatisfação com a pecaminosidade de Portugal. Estes sinais vieram como forma dos portugueses serem advertidos e agirem como os ninivitas, na época de Jonas, que diante do pecado exposto e imediata punição divina se arrependeram e foram poupados. Assim,

advertências foram reveladas a religiosos, em especial uma certa freira:

Nem faltaram também n'esta ocasião as profecias, com que a benignidade de Deos nos avisou antecipadamente d'este castigo, para que o atalhassemos á similhaça dos ninivitas com o arrependimento. (...) para que com suas penitencias e orações, mitigassem a ira de um Deos indignado(MALAGRIDA: 1875, p.XV)

Por isso, para ele “supposta a verdade innegavel de tantos avisos, e profecias precedentes, haverá, não digo catholico, mas herege, turco, ou judeu, que possa dizer, que este tão grande, açoite foi puro efeito das causas naluraes, e não fulminado especialmente por Deos pelos nossos peccados?”(MALAGRIDA: 1875, p.XV).

O mal já havia ocorrido, os danos eram perceptíveis e as perdas eram irreparáveis. A discussão que aflora a partir de então pouco importar segundo Malagrida. Causa natural ou vontade divina, o jesuíta recorre à um velho artifício do pensamento tomista. Skinner aponta que em resposta a *via moderna*, os tomistas reafirmaram a *via antiqua* e a idéia de um universo regido por uma hierarquia de leis (lei divina, lei da natureza e a lei humana) que permite uma racionalidade das relações sociais e políticas. Para os tomistas, a lei da natureza está associada diretamente a vontade de Deus, tendo duplo caráter: “ela incorpora a qualidade de lei por ser *intellectus* (intrinsecamente justa e racional) e por ser *voluntas* (a vontade de Deus)” (SKINNER:2006, p.426). Assim, se aqueles ligados a corrente iluminista, apresentavam o terremoto como consequência da lei da natureza, o terremoto era por este principio sinal direto da vontade de Deus, na concepção do jesuíta Gabriel Malagrida. Ou seja, o evento pode ter causa natural, explicado pela natureza, mas a natureza representa a vontade de Deus. Do mesmo modo não interessa aos tomistas excluir qualquer possibilidade de explicação, desde que a teológica se sobressaia (DOMINGUES: , p. 15 e DOMINGUES: , p. 129-154). Assim, Malagrida conclui que

O ponto é, se Deos se valeo ou não valeo d'ellas para castigo das nossas culpas, que já passavam a medida por elle determinada. (...) Disse que podem concorrer e podem não concorrer as causas naturaes; porque, como ensina.a solida e inconcussa theologia, sendo a essência divina infinita, e contendo em si toda a virtude das mais creaturàs, porém muitas e muitas vezes obra com as causas naturaes (MALAGRIDA: 1875, p.XVIII)

A pouca fé de Lisboa, sua má reputação religiosa, seus pecados imputados, ficavam mais visíveis segundo o religioso quando comparado a destruição de Lisboa com as demais cidades portuguesas, assim como as demonstrações de fé das mesmas. Em suas suposições,

Malagrida, chega a cogitar que tudo seria passível de ser amenizado unicamente pela devoção externada pela população (MALAGRIDA: 1875, p.XXI-XXII). O único meio que o jesuíta enxergava para a superação deste desastre era a reaproximação de Portugal com Deus. A restauração da fé de outros tempos, da religiosidade fervorosa, dos portugueses, de forma a

facilitar e capacitar estes a fazer uma confissão geral, canónica, verdadeira e segura, senão n'estes silêncios e solidões, á luz de tantas instrucções e meditações, onde ainda com assistência de mestres tão conspícuos e tão idóneos para este fim, padecem suas duvidas, para socego da sua consciência, para acertar os meios que hão de tomar, e o norte que hão de seguir para assegurar o negocio da sua salvação(MALAGRIDA: 1875, p.XXII-XXIII)

Por estes elementos, o texto *Juizo da verdadeira causa do terremoto*, é colocado pelos estudiosos da obra do padre jesuíta Gabriel Malagrida como o texto literário inicial onde se manifestam as “as imagens de um homem de pensamento artístico e literário” (MADEIRA:2013, p.4). Madeira evidencia uma possível utilização de Malagrida de obras clássicas, Livro I *Georgiche* de Virgílio, onde o poeta romano vincula as forças da natureza, e as tragédias por elas provocadas, contra o governo de Júlio César. Na análise de Maria Madeira, Malagrida se aproxima de Virgílio no momento em que em seu texto realiza o mesmo exercício retórico do poeta da antiguidade clássica: “Virgílio anuncia a ira divina utilizando-se da força da natureza”(MADEIRA:2013, p.5). Deste modo, a tônica da tese de Malagrida é a mesma que Virgílio apresenta.

Assim, para Malagrida, o terremoto foi ocasionado pelo afastamento de Portugal de sua religiosidade. A culpa era dos pecados da Corte. Deste ponto evidenciou sua critica as mudanças políticas em percurso no contexto de sua escrita, que posteriormente resultou na expulsão dos inicianos de todo o reino português. Mais do que isso, para Malagrida o evento serviu de alerta para trazer de volta os portugueses para sua religião, da qual nunca deveriam ter se afastado ou relaxado. Assim, o afastamento da religiosidade que para muitos era tido como um avanço, abandono do tradicionalismo, pensando numa possível ascensão a racionalidade ilustrada; para o padre não passava de um verdadeiro atraso para Portugal e seus súditos.

Este é algumas vezes o único meio que lhe resta para renascer das suas cinzas

Esta afirmativa, presente em *Discurso Politico Sobre as Vantagens que o Reino de*

Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do Terremoto no 1º de Novembro de 1755 (MELO: 1861, Tomo II), expressa bem a forma como Pombal enxergou aquele fatídico episódio da história de Portugal. Para o Marquês não havia dúvida de que o terremoto foi um evento natural, outra hipótese não pairava sobre sua cabeça. Seu texto, rico em trechos que remetem a autores e obras da filosofia ilustrada inglesa e francesa, defende a tese de que os desastres naturais poderiam ser um meio alternativo para as transformações dentro de um Estado:

A politica não é sempre a causa das revoluções dos Estados. Phenómenos espantosos mudam frequentemente a face dos impérios. que estes descartes da natureza são algumas vezes necessários; porque elles podem ..., contribuir para aniquilar certos systemas(MELO: 1861, Tomo II, p. 97).

Mais a frente aponta que

pode haver casos onde para restabelecer um Estado, é necessário que um Estado seja em parte aniquilado, e que o seja por algum acontecimento extraordinário. Depois do phenómeno [terremoto de 1755], uma nova claridade se derramou sobre os espíritos; havendo o tremor que experimentou o governo politico, e civil, destruído os prejuízos; (MELO: 1861, Tomo II, p. 100-101).

O evento do terremoto coincidiu com a ascensão de Carvalho e Melo como primeiro ministro. Seus estudiosos apontam que isto está relacionado com a resposta imediata e ações diretas que o marquês teve frente ao terremoto, diferentemente de outros políticos que caíram em desespero. Pombal relata assim sua altivez frente ao problema:

Quando o horroroso terremoto de Lisboa de 1755, ia destruindo muitos dos seus magestosos e ricos edifícios, que parecia submergirem-se pelas fendas que a terra abria; succedeu ao mesmo tempo o fatal incêndio nesta côrte, ... parecia que reduziria Lisboa a uma montanha de cinzas. No meio pois desta confusão, andava envolvido el-rei D. José, que assombrado de ver este horroroso espectáculo, perguntou ao marquez de Pombal: “Marquez, que devemos nós fazer neste caso? Enterrar os mortos, e cuidar dos vivos” (MELO: 1861, Tomo I, p. 257-258).

Para Pombal este terremoto não era fruto da ira divina, muito menos resultado dos pecados dos portugueses como apontado por Malagrida. O terremoto era sim a oportunidade que Portugal estava tendo para mudar suas estruturas, principalmente a econômica, sem a necessidade de passar por uma radical revolução. Neste tratado escrito pouco tempo depois do terremoto, fica perceptível uma profunda análise política, histórica e econômica da trajetória de Portugal, além de uma ousada projeção futura. Sua análise destrincha o passado português, colocando em discussão a aliança Portugal – Inglaterra e seus conseqüentes efeitos sobre o governo português.

O fato predominante, para não dizer preocupante, que percorre todo o texto de Pombal é a situação da economia portuguesa, que em seu entender expressava a total dependência em relação à Inglaterra. A economia, o comércio, as finanças portuguesas não estavam nada bem há tempos, assim afirma o Marquês sobre o cenário comercial português em 1754

Portugal não tinha quase produtos alguns de sua lavra que o sustentassem. A terra não produzia mais que alguns frutos, os dois terços do seu neecessario physico lhe eram fornecidos pela Grã-Brelanha. Esta monarchia por seu commercio de economia, o havia reduzido ao ponto de ser conquistado, sem dar um golpe. Não lhe faltava mais que tomar posse (MELO: 1861, Tomo II, p. 105).

O terremoto agravou este cenário, tornando-o caótico, instalando uma séria crise assim evidenciada:

Na dissolução em que Portugal se achava, depois do tremor de terra (em 1755), isto é, sem capital, sem reino, ou ao menos com um rei errante, que neste momento, nem tinha authoridade, nem poder, em que a monarchia estava sem conselho, sem dinheiro, sem viveres, nem exercito (MELO: 1861, Tomo II, p. 128).

Diante deste quadro caótico, havia a necessidade de respostas imediatas que mantivessem a governabilidade e a reconstrução da sede do Império português, mas também havia a necessidade de decisões que rompessem com o período de domínio inglês sobre a economia portuguesa, trazendo novos rumos e a antiga glória.

Seu próprio mal, pode dar-lhe meios para se resgatar das suas desordens politicas. Antes deste acontecimento, todas as reformas, que a sua politica poderia intentar, dariam em falso. Quando os princípios de um governo, estão de uma vez corrompidos, quando a sua constituição foi moldada sobre abusos, quando os preconceitos antigos lêem servido a formar um novo génio, quando um grande luxo só senhareou da nação,..., é necessário um golpe de raio, ..., para tudo reformar. (MELO: 1861, Tomo II, p. 186)

Pombal realiza então um análise histórica dos laços de união econômica de Portugal e Inglaterra. Esta aliança foi estabelecida durante a restauração, os portugueses tão preocupados em afastar o domínio espanhol, não perceberam que tornavam-se refém aos poucos dos ingleses (MELO: 1861, Tomo II, p. 109). Desde então,

todos os negócios desta monarchia, passavam pelas suas mãos. Os inglezes eram no mesmo tempo os patrões, e os feitores dos viveres neste paiz. Tinham invadido tudo, nenhum negocio se fazia senão pelo seu canal. Depois de ganhar a corte de Londres a superioridade sobre este Estado(...)Portugal era uma grande platéa que vae ver representar uma famosa peça (MELO: 1861, Tomo II, p. 105).

Até o comércio com Brasil era atingido, os ingleses controlavam tudo, aos portugueses restaram apenas o nome: “no meio deste immenso negocio, que se fazia no seu seio, o Estado desfallecia, porque os inglezes sós, tiravam todo o proveito.”(MELO: 1861, Tomo II, p. 105)

Essa fragilidade na área econômica e comercial era um dado preocupante para Pombal, pois afinal para ele, seguindo o pensamento de Adam Smith e das teorias administrativas da Economia Política, “O commercio hoje regula a politica; delle dimana o poder de um povo. Todas as vantagens, que uma nação alcança sobre outra nesta parte, se encaminham á mina daquella, que lh'as dá. Nisto não ha meio, nem temperamento; as nações ou destroem, ou se destroem pelo commercio, com outra nação só”(MELO: 1861, Tomo II, p. 106). Um comércio forte gera riqueza. Quanto maior a riqueza de um Estado, mais poder ele agrega. Segundo Pombal “tudo se mudou na politica, hoje o reino mais rico, por si mesmo vem necessariamente a ser mais poderoso (...) Hoje a força de um Estado depende do seu cofre, o poder politico se muda, segundo o numero dos milhões”(MELO: 1861, Tomo II, p.115-116). Este poder é capaz de subjugar outro povo: “O Estado foi ferido no seu principio. Ousei perguntar muitas vezes, donde vinha, que Portugal, com tantos meios de ser poderoso, era o Estado mais fraco da Europa. Mas não se via, que esta monarchia estava em poder de um povo, que a devorava?” (MELO: 1861, Tomo II, p.104).

Fato era que o Tratado de Methuem estabelecido em 1703, coincidindo com a descoberta aurífera na colônia, levou a um substancial comércio de importações e uma crescente imigração de ingleses em solos portugueses (AZEVEDO: 2004, p.220). Pombal via essa relação econômica como um entrave para o crescimento do Império: “Portugal foi a causa, e no mesmo tempo, effeito dos progressos da industria da Inglaterra. Não somente elle deu os meios, mas permittiu que este reino os empregasse contra si. Depois desta época a Inglaterra fabricou sempre para esta monarchia.”(MELO: 1861, Tomo II, p.120). Era necessário recuperar a glória de antes e sair da sombra inglesa. Para ele era inaceitável que esse domínio estabelecido, perdurasse deixando Portugal com uma industria e um comércio tão fracos quanto das regiões africanas(MELO: 1861, Tomo II, p.106). Para a superação deste atraso econômico era necessário, acima de tudo, que se desse um fim a proteção que era dada para os ingleses (MELO: 1861, Tomo II, p.107).

Além do fim desta proteção, era preciso romper com a idéia de que apenas as atividades mineradoras dariam conta de suprir as necessidades econômicas e comerciais de Portugal. Desde a descoberta do ouro, e posteriormente do diamante, Portugal passou a viver,

destas rendas, deixando as outras áreas de lado, sobretudo a industria. Até 1750, o fluxo de extração do ouro dinamizou a atividade mercantil externa e interna, aumentou a riqueza privada e proveu Portugal de recurso para pagamento de suas contas. Mas, fez negligenciar a industria nacional. Pós 1750, a queda da extração aurífera levou também toda a economia portuguesa a uma forte queda e estagnação (SERRÃO:1998, p. 68-69). Pombal via isso com um elemento prejudicial para a economia portuguesa, tanto que criticou a pratica do metalismo, afirmando que basear-se unicamente no acumulo de metais preciosos é um caminho que leva a morte das finanças de um Estado: “as riquezas das minas são sempre chimericas, para os Estados que as possuem. Estes reinos não são, fallando propriamente, mais que os ecónomos, ou despenseiros de seus próprios thesouros. O fundo das minas, pertence sempre aos povos industriosos, que as fazem valer.”(MELO: 1861, Tomo II, p.112). Logo, a riqueza que era gerada nas minas no Brasil era transferida para a Inglaterra, o país industrial que fornecia seus produtos para Portugal. A força, o poder, a riqueza dos ingleses estavam intrinsecamente ligados ao ouro luso-brasileiro: “mas não se via, que este pequeno Estado pela sua industria, tinha elle só a chave do maior thesouro do universo, e que pela posse inteira do ouro do Brazil, dava a inclinação que queria aos systemas políticos da Europa”(MELO: 1861, Tomo II, p.116).

Pombal aborda duas características comumente apontadas como responsáveis pelo sucesso da industria e do governo inglês: a liberdade e o consumo. A primeira na analise pombalina era uma quimera, uma ilusão, pois,

Por mais que se gabem os efeitos da liberdade, já não a ha no mundo, nelle não se acha mais que o nome. É uma formosa chimera, sobre que se edificam hoje os mais formosos edificios do discurso politico. É uma sombra sem corpo (...). Esta é a idolatria practica da religião civil dos Estados. Cada governo tem o seu bezerro de ouro, diante do qual elle dobra os joelhos(MELO: 1861, Tomo II, p.117)

Já o consumo é a alavaca das produções e coloca como exemplo, a agricultura inglesa “consumo foi o que deu a esta nação, a facilidade de fazer da sua agricultura um objecto de commercio; e este commercio foi o que lhe forneceu os meios de formar uma marinha poderosa, e sobre esta marinha, lançou ella os fundamentos de uma grande potencia.”(MELO: 1861, Tomo II, p.119)

O fato, associa Pombal, é que o gasto do Estado português é muito alto, resultando na

perda de toda riqueza tirada da colônia para a Inglaterra. A ponto da moeda portuguesa com a esfinge de D. João ser tão conhecida quanto a moeda inglesa com a esfinge do rei Jorge II (MELO: 1861, Tomo II, p.124). Era necessário enfraquecer estes laços, rompe-los. Mas, Pombal sabia que romper esta relação de dependência econômica não seria fácil, pois a Inglaterra subjugou Portugal dominando o comércio, o que torna mais difícil o fim da dependência: “À historia está cheia de exemplos de povos, que sacudiram o jugo dos opressores, que os tinham subjugado com as armas: mas nao se acha onde elles se livrassem daquelles, que os haviam sujeitado, destruindo suas artes, e commercio.” (MELO: 1861, Tomo II, p.129)

Porém, como mais firmeza, Pombal reforça a necessidade de afastamento da Inglaterra: “É um phantasma politico em Portugal, que é necessário começar a destruir, sem o que, todos os caminhos, em favor desta corte seriam muito inúteis, isto é, persuadir ao ministério, que o Estado pode existir, e vir a ser florecente independentemente da sua alliança com Inglaterra” (MELO: 1861, Tomo II, p.126). Afinal não há mais motivo para esta relação de dependência perdurar (MELO: 1861, Tomo II, p.126).

Para que essa idéia alcançasse sucesso, Portugal tinha que retomar sua produção. Diminuir as importações, acreditar na auto-suficiência e derrubar o mito de que a importação do produtos ingleses era mais barato para a nação do que a fabricação dos mesmos (MELO: 1861, Tomo II, p.150). Outro passo importante era livrar-se do comodismo gerado pela extração de ouro da colônia. Neste caso, Pombal chega a sugerir que este foi o principal mal para que sua industria ficasse estagnada e a principal causa da pobreza do reino: “O descobrimento das minas foi quem rompeu o equilíbrio, porque se com elle Portugal enriqueceu muito os outros, empobreceu-se a si mais que os outros. É factó verdadeiro, que Portugal é extremamente pobre” (MELO: 1861, Tomo II, p.149-150). Isso ocorria, segundo Pombal, porque o principio básico de preservação das finanças públicas e do tesouro nacional não era preservado, ou seja, da mesma forma como entrava o ouro saía facilmente de Portugal, de onde concluiu que

Se o ouro é uma mercadoria, se é um utensílio, como os outros, porque é que todos os príncipes da Europa fazem rigorosas leis, para lhe impedir a sahida de seus Estados? E porque ao contrario, dão elles mesmos tanta coragem, e ainda tantas

recompensas, áquelles que o trazem de outra parte? Nisto ha contradicção manifesta. Sabe-se que a primeira máxima do governo politico, é que o dinheiro não saia do Estado; todos os soberanos do mundo, concordam neste ponto, por mais diferentes que sejam no governo. Em um reino rico, e opulento por si mesmo, que tem grandes negociações, que por sua situação, e commercio, leva vantagem ás nações que negociam com elle, o ouro pode vir a ser mercadoria: porque se uma primeira especulação o faz sahir, outra o faz entrar segunda vez, e quasi sempre com vantagem(MELO: 1861, Tomo II, p.134).

A descoberta do ouro e a forma como o governo luso lidava com ele em suas transações comerciais, trouxe dois grandes males para Portugal: a ociosidade e a necessidade de luxo. Pombal argumenta que antes da descoberta das minas de ouro, era Portugal uma terra de pessoas laboriosas, empenhadas em seus ofícios. Pois antes da mineração só restava aos portugueses o comércio e a agricultura. Após a entrada do ouro, a dependência de recorrer as importações inglesas levou muitos a ociosidade(MELO: 1861, Tomo II, p.165). Além desta, outro visível problema para Pombal era o luxo. Segundo o qual, além dos gastos desmedidos para mantê-lo, o maior “inconveniente do luxo em um Estado, não é que elle se introduza no príncipe, e nos grandes, o mal é que o contagio passe a ser geral, e ataque aquelles, que pela natureza das cousas, nao deveriam ter mais que o necessário alimento (...) e então tudo está perdido”(MELO: 1861, Tomo II, p.158). Pois, ao apoderar-se da nação, o luxo, torna-se quase irreversível; contamina o país; o consumo torna-se excessivo; ocorre o enfraquecimento da monarquia; e até a harmonia entre as classes acaba; levando à uma crise da família e da sociedade(MELO: 1861, Tomo II, p.158). Daí, Pombal, afirma que:

O cerceio das calamidades humanas, está fundado sobre o das riquezas geraes. Quanto maior é esta medida, maiores são os males do mundo. Sem se descobrir as minas do Brazil, se pode quasi segurar, que a Europa estaria em uma situação mais feliz. Se se não mudassem as fortunas dos Estados, menos frequentes seriam as revoluções (...) e por causa disto, menos vicios, menos corrupção, por consequente, mais honra, mais bondade, em uma palavra, mais virtudes(MELO: 1861, Tomo II, p.155)

E mais a frente, recorre a Montesquieu e conclui que

Montesquieu disse, que a historia do luxo das nações, seria uma historia bem interessante : aquella da sua ociosidade, e preguiça o seria mais: alli se veria uma narração extremamente unida com os principaes successos, que mudaram muitas vezes a face da terra. Por ahi se saberia, que por ter sido um povo industrioso, aproveitando-se outro da sua ociosidade, se faz insensivelmente senhor das suas riquezas, e como elle, da sua potencia. (MELO: 1861, Tomo II, p.172).

Considerado estes pontos, Pombal, olha para a História do Império Português e questiona-se: “Que desgraça succedeu a este reino, para que elle nao possa mais mover-se por si mesmo, e que para se sustentar necessite de outros Estados? Lendo a historia de Portugal se

descobre, que todo o edifício desta monarchia, se elevou sem o soccorro de outras nações”(MELO: 1861, Tomo II, p.159). Assim, segue sua análise do passado político de Portugal

Sabe-se, que D. A Afonso Henriques, conquistou os mouros, Lisboa, Santarém, Cezimbra, Palmella, Leiria, Torres-Novas, Elvas, e outras terras. D. Sancho I. Juntou ao reino de Portugal, um novo reino. Este príncipe restabeleceu as villas de Palmella, e Silves. D. Affonso II. tomou Alcácer do Sal. D. Sancho II. Conquistou a maior parte da província do Alentéjo. D. Afonso III. ganhou Faro, Loulé, Albufeira, e outras terras. I). Diniz incorporou ao reino as terras chamadas comarca de Riba-Goa, que estavam em poder dos reis de Castella. D. Manoel conquistou as índias, e D. João II. Vastíssimas terras da Africa, sem outro soccorro, que o dos seus vassallos. Tao fora estava de empregar, na execução dos seus desígnios, os vassallos de outros listados; que nao recebeu o de Christovao Colombo, que lhe veio offerecer as índias occidcnlaes; só porque era cstrangeiro. E certo, que todas as grandes acções do Estada desta monarchia, foram executadas, sem o soccorro dos outros povos(MELO: 1861, Tomo II, p.159-160).

Agora Pombal aponta que o comércio mantido com os ingleses era superfaturado: “A Inglaterra achava só no seu comercio de quinquilharia com Portugal, uma fonte immensa de riquezas. Uma libra de ferro em obra era sempre vendido aos portuguezes cincoenta vezes mais caro que o seu primeiro valor”(MELO: 1861, Tomo II, p.176). A coroa recorria aos ingleses para alcançar de empréstimos a munições de guerra. Um comércio de números impressionantes apontados por Pombal

Os inglezes tinham mais de cem grossos navios destinados só para o commercio de Lisboa, e Porto; isto era um fundo de dezeseis milhões, cujo interesse pagava Portugal, sobre o total do seu commercio, á Inglaterra, a razão de trinta por cento cada anno; A monarchia ingleza neste ramo de Portugal, occupava mais de vinte mil marinheiros, cuja subsistência se tomava igualmente do commercio, que a Gr-Bretanha fazia neste reino, o que fazia quasi dous milhões, e meio. O frete das mercadorias, deduzido o interesse dos navios, com o salário dos marinheiros, passava de quatro milhões(MELO: 1861, Tomo II, p.173-174).

Para os portugueses pouco restava nesse emaranhado de negociações e acabavam sendo “roubados” na visão de Pombal. Ao defender essas idéias, Pombal, não estava indo contra a pratica mercantilista. Sua critica era contra o privilégio dado a política metalista e a dependência da Inglaterra.

Para Pombal, Portugal foi absorvido pelo chamado “systema inglez” ao importar tudo que precisava dos ingleses e abandonar áreas que considerava fundamentais para economia do reino. Para ele, “a Inglaterra tinha dado um golpe mortal a esta monarchia, fazendo-lhe perder de vista sua agricultura, e sua industria. Póde-se dizer, que ella lhe tinha cortado o fio da sua

destreza”(MELO: 1861, Tomo II, p.180). Essa dependência pode ser percebida na própria ajuda oferecida pelos ingleses a Coroa Portuguesa como principal aliado, cerca de cem mil libras foram destinada como socorro diante da tragédia, superando valores de auxílio de Espanha e França (AZEVEDO:2004, p.154). Isso aprofundou a dependência dos portugueses, por isso as conseqüências foram sentidas em todas as esferas da sociedade, já que em seu entender

Quando um governo destroe no outro as artes mechanicas, elle destroe de um golpe as artes liberaes, o que destroe sempre o seu systema político. Depois que Inglaterra formou o projecto de destruir a agricultura em Portugal, o espirito ficou também nelle inculto, como o terreno. Por mais que a Europa viesse a ser illustrada, a estupidez desta nação augmentaria sempre, porque o systema inglez, tomou cada dia nelle novas forças(MELO: 1861, Tomo II, p.180-181).

O resultado final foi relegar, em sua visão, a Portugal o atraso. Para Pombal,

Em quanto uma nova luz se derramou na terra, Portugal só, ficou nas trevas da mais espessa ignorância. O norte, este paiz opaco, onde tudo é matéria, fez grandes progressos nas sciencias. Os conhecimentos abriram caminho por toda a parte, e as artes liberaes penetraram por todas as nações do mundo, só, não o poderam fazer em Portugal. Este ficou sendo, em poucos dias, o paiz bárbaro dos povos polidos da Europa. O seu physico pode ser o melhor da Europa, pode produzir grandes génios, se isso não fosse, não admiraria o universo, os reinados de D. João II, de D. Duarte, etc. pela grande multidão de homens grandes de que esta monarchia se viu cheia (MELO: 1861, Tomo II, p.181).

O passado grandioso, agora não passava de uma grande sombra sobre um Portugal destruído e dependente.

Para Pombal, o terremoto ocorrido em 1755 estava dando a oportunidade de desfazer este cenário de atraso e dependência. Para Carvalho e Melo, atraso, dependência econômica e política andavam juntos, impedindo o avanço cultural do reino, agravado pelo predomínio dos religiosos nos campos de ensino e da persistência da escolástica como filosofia predominante (SILVA:2000, p.37-38). Para romper com esta tendência de atraso observada por Pombal, era necessário ter no foco que, de forma geral, a arte de governar anda junto com a arte das ciências. A promoção das duas geram um avanço da sociedade. Pois,

seria fácil mostrar, que em todos os séculos as nações, que mais teem cultivado as artes, teem sempre levado vantagem na politica, ás outras; eu torno a dizer. O governo civil caminha sempre a igual passo com as sciencias. Estas, sem que ninguém o perceba, dirigem todos os princípios delle. Supponha-se isto em uma nação inteira, onde não haveria alguma ordem no governo politico e civil. As sciencias estão connexas entre si, com um nó muito estreito. Abra-se a historia, e se achará, que sempre nos Estados, onde houveram grandes philosophos, houveram grandes políticos (MELO: 1861, Tomo II, p.183).

O maior exemplo desta afirmativa, segundo Pombal, seria a França de Luís XIV. Na qual surgiram grandes pensadores, poetas, filósofos, artistas, como: Balzac, Voltaire, La Rochefaucault, Pascal, entre outros. Tudo isso só foi possível por ter

lançado este príncipe, como uma nova semente de génio na nação, que produzia grandes homens em todos os géneros. Tudo havia sido escuridade, e trevas em França nos precedentes reinados, ao do grande rei, tudo foi claridade, em quanto elle occupou o throno. Ainda que isto não seja próprio da matéria presente, tomo avidamente a occasiao de fazer a este magnifico monarcha, a justiça que lhe é devida(MELO: 1861, Tomo II, p.183-184)

Partindo deste principio o terremoto veio também para abalar as estruturas políticas e das ciências em Portugal. Há muito, na visão do estadista, não surgia algum cientista, reformador, pensador de destaque em Portugal. Pois para Pombal, até aquele momento

Cada ramo estava enfermo, e tolhido. Esta falta de administração, tinha tirado até a esperança de ver nascer jamais grandes reformadores, por onde se pode presumir qqe se possam formar jamais homens de Estado, em um reino, onde as sciencias estão banidas, e onde se não sahe a viajar. (MELO: 1861, Tomo II, p.185)

Agora, aquele era o momento de romper com as ataduras que amarravam Portugal ao atraso na ciência, na política, na economia. Afinal, “Se um Estado, se nao sustem continuamente no nivel com os outros, nesta parte, fica sempre atrazado”(MELO: 1861, Tomo II, p.185-186). Portugal necessitava, na avaliação de Pombal, de um Colbert e de um Henrique IV, para promover os avanços necessários. Para isto, os portugueses estavam tendo nova oportunidade diante do Terremoto de 1755, que era a Revolução, mesmo que física, que alteraria as estruturas viciadas e corrompidas(FALCON:1993, p. 343-346). O terremoto era o mecanismo de alteração do cenário de crise econômica e dependência financeira no qual Portugal vivia.

Assim, recuperar a economia portuguesa retomando a produção agrícola, motivando a industrialização, diminuindo as importações, saindo do julgo econômico inglês e superando a visão de geração de riqueza além da mineração, seria a forma de recuperar a grandiosidade do passado português, deixando de lado o atraso daquele presente incomodo.O terremoto não só permitiu a ascensão política de Pombal no governo português, como foi a força motriz que possibilitou que significativas mudanças sociais, políticas e econômicas fossem colocadas em prática. Pombal realizou em seu texto uma análise sistêmica e conjunta do político e do econômico, em uma visão global da situação portuguesa. Propondo “uma perspectiva reformadora do país - voltada tanto para sua organização interna, quanto para o plano das suas

relações internacionais -, conciliada à manutenção da estrutura política vigente” (SILVA:2000, p. 36). Diante dessa análise e das medidas propostas, Portugal ressurgiu após os escombros da tragédia com uma economia equilibrada, mas acima de tudo, com um governo forte e centralizador, que subjugou as pequenas esferas de poder e dominou as ações da Igreja.

Conclusão

A partir da análise dos textos do padre jesuíta Gabriel Malagrida e do estadista Marquês de Pombal, percebo duas formas diferentes de visualizar o evento do Terremoto de 1755. Para o primeiro, o terremoto, era resultado direto dos pecados cometidos pelos portugueses resultando em um castigo divino que apontava para a necessidade de retomar a espiritualidade verificada em períodos anteriores, mas que há muito se afastava. Para Malagrida, havia um atraso, um retrocesso dentro de Portugal, que era a perda da identidade religiosa dos portugueses. Muito provavelmente, sua análise sofria influência direta dos acontecimentos políticos ainda em execução pelo governo josefino de perseguição aos jesuítas e a busca pela diminuição da influência do poder religioso sobre o poder político, através do aumento do poder político e sua influência sobre a igreja. Este avanço do Estado sobre a igreja, em especial sobre a Ordem dos Jesuítas, representava para Malagrida, em meu entender, uma forma de atraso, pois estaria levando a uma degradação da espiritualidade de todo um reino.

Não é pretensioso pensar que o discurso do atraso, e da superação do mesmo, aproxima Malagrida e Pombal, guardada as devidas proporções, e defendendo visões completamente diferentes. Pombal via no trágico terremoto uma nova oportunidade, a chance para que Portugal renascesse das cinzas, eliminando elementos que promoviam uma forma de atraso. A dependência da produção aurífera para arrecadação do tesouro real e do comércio com a Inglaterra, o abandono da agricultura e da indústria, eram visto como fatores de limitação e, até mesmo, atraso da economia portuguesa. O que era explorado pelos portugueses, enriquecia os ingleses. O terremoto poderia permitir o fim deste cenário de prejuízo. Ao mesmo tempo, ao descartar a possibilidade do terremoto ter ligação com alguma causa que não fosse a natureza, eliminava a presença da explicação de esfera mística e

religiosa, e reforçava sua ligação com a esfera racionalista. Por mais contraditório que possa parecer o discurso pombalino com a sua prática, era a forma que Pombal via de elevar seus escritos, e a filosofia e as ciências de Portugal, a equivalência com suas maiores referências França e Inglaterra. A superação do desastre é relacionada diretamente a figura do Marquês, sobre o qual o historiador português João Lúcio de Azevedo diz: “à distância secular que nos separa do acontecido, a imaginação vê ainda o super-homem, Sebastião José de Carvalho, a emergir sozinho dos fumos da catástrofe. Ele enterrou os mortos; ele cuidou dos vivos” (AZEVEDO:2004, p. 154).

BIBLIOGRAFIA

ANÁSTACIO, Vanda. Viver em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal: uma breve panorâmica. In: VALE, Teresa Leonor M. (Org.). A Cidade Pombalina. Actas das Jornadas, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2009.

AZEVEDO, João Lúcio de. O Marquês de Pombal e a sua época. São Paulo: Alameda, 2004.

DOMINGUES, Beatriz H. As repercussões da expulsão dos jesuítas nos movimentos independentistas nas Américas Espanhola e Portuguesa. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte.

_____. A Disputa Entre “Cientistas Jesuítas” e “Cientistas Iluministas” no Mundo Ibero-Americano. Numen; Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 129-154.

FALCON, Francisco José Calazans. A Época Pombalina. São Paulo: Editora Ática, 1993.

FRANCO, José Eduardo. O Mito dos Jesuítas. Tomo I. Lisboa: Gradiva, 2006.

FERRO, Carolina Chaves. Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFF. 2009.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. GABRIEL MALAGRIDA E OS CLASSICOS LATINOS. VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Cuiabá - UFMT, maio de 2013.

MALAGRIDA, GABRIEL. Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primerro de novembro de 1755, pelo padre Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, Missionário Apostólico. Lisboa, 1756. In: MURY, Paulo. História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Cia, 1875.

MELO, Sebastião de Carvalho e. DISCURSO POLITICO SOBRE AS VANTAGENS QUE O

REINO DE PORTUGAL.... In: _____. Cartas e Outras Obras Seletas do Marquês de Pombal. Tomo II. Lisboa: TYPOGRAPHIÀ DE COSTA SANCHES, 1861.

MENDONÇA, Joaquim José Moreira. Historia universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até o seculo presente.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Luzes em Portugal: do terremoto à inauguração da estátua equestre do Reformador. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011

SERRÃO, José. V. O Quadro Economico. In: MATTOSO, José (Dir.). História de Portugal: O Antigo Regime. Vol. IV. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

SILVA, Ana R. C. da. Inventando a Nação. Tese de Doutorado. São Paulo. Unicamp, 2000.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.